

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria Geral

Repartição Central

Em virtude de resolução superior, e para conhecimento dos interessados, se comunica que as provas práticas do concurso aberto em 28 de Janeiro do corrente ano, para o provimento dum lugar de segundo official desta secretaria, hão-de realizar-se no dia 12 de Março, ao meio dia, em uma das salas da mesma Secretaria.

São desde já considerados concorrentes:

- Antero Portugal da Silva.
- Augusto César de Abreu Mascarenhas.
- Bernardino João Salvador Gracias.
- Fernando Augusto Abrantes.
- Guilherme de Passos da Costa Viana. (Bacharel).
- João Alves de Sá. (Bacharel).
- José Assis Ramos Barros.
- Manuel de Melo Nunes Geraldês. (Bacharel).

Para poderem ser admitidos às provas escritas ficam obrigados a apresentar os documentos que lhes faltam, até as quatro horas da tarde do dia 11 do referido mês de Março, os requerentes abaixo designados:

- António Ladislau Parreira. (Bacharel).
- Agostinho Caetano Brás Correia Afonso.
- Cândido Augusto da Costa Marrecas.

Ministério da Justiça, Repartição Central, em 1 de Março de 1912.—O Secretário Geral, *Germano Martins*.

Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos effectuados em 2 de Março de 1912

- António Mendes Lopes — exonerado de ajudante do posto de S. Tiago da Guarda, concelho de Ancião.
- João Dionisio da Costa — nomeado para o referido posto.
- Criados dois postos de registo civil no concelho de Alijó, sendo um na freguesia de Sinfães do Douro e outro na de Carlão.

Rectificação

Declara-se que o nome do ajudante do posto de Santa Eulália é Manuel Roberto e não António Roberto, como foi publicado.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 2 de Março de 1912.—O Director Geral, *Germano Martins*.

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas seguintes datas, tendo o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 30 de Janeiro último, os que estão no caso do artigo 44.º e seus parágrafos, da lei de 9 de Setembro de 1908

Janeiro 27

Bacharel Francisco Carlos Soares, delegado do Procurador da República na comarca de Viseu, e bacharel José Maria de Magalhães Pinto Ribeiro, delegado do Procurador da República na comarca de Barcelos — transferidos, reciprocamente, como requereram.

Março 1

José Gaspar Lopes — demittido do emprego de official de diligências do juizo de paz do distrito de Lourical, comarca de Pombal.

José Pinto de Macedo — nomeado official de diligências do juizo de paz do distrito da Foz do Douro, comarca do Porto.

Bacharel José Emilio Augusto, notário interino na comarca de S. Jorge — autorizado, provisoriamente, a exercer a advocacia.

Março 2

Bacharel Augusto Máximo de Figueiredo — nomeado ajudante do notário da comarca de Coimbra, Diamantino da Mata Calixto.

Bacharéis José Maria Braga da Cruz e João Valério das Neves Pereira — nomeados ajudantes do notário da comarca de Braga, José de Sousa Machado.

Licença

Bacharel José Júlio César, contador na comarca de Viseu — autorizado a gozar dezasseis dias de licença anterior, de que tinha pago os emolumentos.

Direcção Geral da Justiça, em 2 de Março de 1912.—O Director Geral, *Germano Martins*.

Comissão Jurisdiccional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas.

Hei por bem, sob proposta da Comissão Jurisdiccional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, decretar que seja cedida ao Posto Antropométrico Central de Lisboa a parte do edificio do extinto convento das Trinas, indispensável às instalações do Posto, e denominado Anexo.

A cedência é feita a mero título precário, e nele não se abrangem quaisquer móveis ou recheio da casa.

O Ministro da Justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 26 de Fevereiro de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*António Caetano Macieira Júnior*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Anuncia-se, em observância do decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haverem requerido Maria José Fernandes Dias e Ramos e seu filho, o bacharel Mário Fernandes Nogueira Ramos, residentes em Góis, o pagamento do que ficou em dívida a seu marido e pai, Manuel Nogueira Ramos, proveniente da renda da casa onde funcionaram a recebedoria e Repartição de Fazenda daquele concelho, a fim de que qualquer pessoa, que também se julgue com direito à percepção do indicado débito ou de parte dele, requeira pela 2.ª Repartição desta Direcção Geral, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 29 de Fevereiro de 1912.—O Director Geral, *André Navarro*.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

4.ª Repartição

Por despacho de 27 de Fevereiro próximo findo: Cândido Luís de la Faria Teotónio, aspirante da Repartição de Finanças do concelho de Serpa — concedida licença de trinta dias, para tratar da sua saúde, nos termos do artigo 29.º do decreto, com força de lei, de 26 de Maio de 1911.

Por despacho ministerial de 1 do corrente: Manuel Maria de França, agente do Ministério Público junto do juizo das execuções fiscaes do distrito fiscal do Porto — concedida licença de sessenta dias, para tratar da sua saúde.

Estes funcionários devem satisfazer os respectivos emolumentos, nos termos do disposto no decreto de 16 de Junho de 1911.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, em 2 de Março de 1912.—O Director Geral, *Júlio M. Baptista*.

Direcção Geral das Alfândegas

1.ª Repartição

Atendendo ao que representou a Associação de Classe dos Taneiros de Lisboa, manda o Governo da República Portuguesa que João Pessoa, nomeado, como representante da referida Associação, para fazer parte da comissão criada por portaria de 17 do corrente, e que funciona nesta cidade, para dar parecer sobre o regime aduaneiro a que devam estar sujeitas a importação temporária e a reimportação da cascaria, seja substituído por António Cunha.

Ministério das Finanças, em 27 de Fevereiro de 1912.—O Ministro das Finanças, *Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes*.

Atendendo ao que foi ponderado pelo Centro Commercial do Porto, manda o Governo da República Portuguesa que Alberto Clarence Kendall, que por parte do mesmo Centro havia sido nomeado, para, como representante dos exportadores de vinhos, fazer parte da comissão criada por portaria de 17 do corrente, para naquela cidade dar parecer sobre o regime aduaneiro da importação temporária e da reimportação da cascaria, seja substituído por Carlos Tait.

Paços do Governo da República, em 27 de Fevereiro de 1912.—O Ministro das Finanças, *Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas

Repartição de Caminhos de Ferro e do Pessoal

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Fevereiro 24 (Decreto)

José Pedro Nunes da Silva, fiscal de 2.ª classe do movimento e tráfego adido à Direcção Fiscal de Exploração de Caminhos de Ferro — nomeado fiscal do movimento e tráfego da mesma Direcção Fiscal. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 28 de Fevereiro).

Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, em 2 de Março de 1912.—O Director Geral, *Francisco da Silva Ribeiro*.

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição de Propriedade Industrial

1.ª Secção

Registo Internacional de Berne

Marcos do registo internacional, a que foi concedida a protecção em Portugal, no mês de Março de 1912

Números das marcos	Data do despacho
N.º 10:587	1 do Março de 1912.
N.º 10:590 a 10:595	
N.º 10:597 a 10:617	
N.º 10:619 a 10:634	

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 2 do Março de 1912.—O Director Geral, interino, *J. de Oliveira Simões*, engenheiro.

2.ª Secção

Patentes de invenção a que foram adicionadas alterações no mês de Fevereiro de 1912.—N.ºs 7:856 e 7:957.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 29 de Fevereiro de 1912.—O Director Geral, interino, *J. de Oliveira Simões*, engenheiro.

Patentes de invenção tornadas extensivas ao ultramar português, no mês de Fevereiro de 1912.—N.ºs 7:954, 7:964, 7:965, 7:974, 7:977 e 7:981.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 29 de Fevereiro de 1912.—O Director Geral, interino, *J. de Oliveira Simões*, engenheiro.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Anuncia-se, em observância da carta do lei de 24 de Agosto de 1848, e decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haver Maria José Manso Tacão, por si e pelos seus filhos, menores, requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu falecido marido José Pedro Tacão, que era regente agrícola de 2.ª classe, na actividade, fora do quadro, em serviço em Santarém. (Processo n.º 2:141)

Qualquer pessoa que também se julgue com direito a esse pagamento ou a parte dele requeira por esta Repartição, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual serão resolvidas as pretensões.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 2 de Março de 1912.—Pelo Chefe da Repartição, *António Ortigão Peres*.

Anuncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848, e decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haver Maria da Esperança Guedelha, como herdeira instituída no testamento com que se finou António das Doros Grincho, requerido o pagamento do que ficou em dívida ao falecido, que era fiscal de 2.ª classe da Direcção Fiscal da Exploração de Caminhos de Ferro, residia em Castelo de Vide e cujo óbito ocorreu no dia 3 de Fevereiro último. (Processo n.º 2:140).

Qualquer pessoa que também se julgue com direito a esse pagamento ou a parte dele requeira por esta Repartição, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 2 de Março de 1912.—Pelo Chefe da Repartição, *António Ortigão Peres*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

4.ª Repartição

Despacho effectuado na data abaixo indicada

Por portaria de 28 do corrente mês:

Carlos de Sá Morgado, apontador-amanuense do caminho de ferro de S. Tomé — concedidos noventa dias de licença para se tratar. (Tem a pagar emolumentos e respectivos adicionais).

Direcção Geral das Colónias, em 2 de Março de 1912.—O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

TRIBUNAIS

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tabela dos feitos que hão-de ser julgados na sessão de 8 de Março de 1912

Revista crime

N.º 18:856 — Relator o Ex.ºm Juiz Sousa e Melo — Autos crimes vindos da Relação de Loanda. Recorrente, o Ministério Público. Recorrido, Félix Manuel. Vistos dos Ex.ºms Juizes Relator, Tovar de Lemos, Ferreira da Cunha.

Incidente

N.º 35:071 (declaração de acórdão) — Relator o Ex.ºm Juiz Tovar de Lemos — Autos civis de agravo vindos da Relação de Lisboa. Agravante, o Banco da Covilhã. Agravada Rita do Sacramento Mousaco Alçada, por si e como representante das firmas Alçada & Filho e Alçada & Filho, Sucessor.

Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, em 1 de Março de 1912.—O Secretário e Director Geral, *José de Abreu*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Perante a Câmara fica aberto concurso por provas práticas e pelo prazo de trinta dias, a contar do imediato ao da publicação deste anúncio no *Diário do Governo*, entre os empregados de carteira, adidos aos quadros das repartições municipais, para o provimento dum lugar de amanuense do quadro da 1.ª Repartição (Secretaria) com o vencimento anual de 300\$000 réis de categoria e 60\$000 réis do exercício.